

HABEAS CORPUS Nº 548.404 - AC (2019/0355803-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **CLARISSA DO REGO BARROS NUNES E OUTROS**
ADVOGADOS : **ADEILDO NUNES - PE008914**
 VALDIR PERAZZO LEITE - AC002031
 PLÍNIO LEITE NUNES - PE023668
 CAROLINE DO REGO BARROS SANTOS - PE032753
 RICARDO DE ALBUQUERQUE DO REGO BARROS NETO -
 PE030937
 CLARISSA DO REGO BARROS NUNES - PE038823
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**
PACIENTE : **JACKSON MARINHEIRO PEREIRA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PECULATO-DESVIO (*OPERAÇÃO MIDAS*). *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE ACESSO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS DADOS FISCAIS E BANCÁRIOS SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA NA DECISÃO QUE NÃO RECONHECEU A NULIDADE. JULGAMENTO, ADEMAIS, DO RE N. 1.055.941, PELO STF, NO QUAL ASSENTOU QUE O COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM O MINISTÉRIO PÚBLICO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA. Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Jackson Marinheiro Pereira**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Acre.

Narram os autos que, em razão de investigação realizada pelos membros do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO do estado do Acre, denominada *Operação Midas*, destinada a desvendar uma organização criminosa articulada para a prática de desvios de recursos públicos da Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco – EMURB, terminando por coletar indícios da prática de crimes

licitatórios relacionados a contratos de locação, de fornecimento de insumos, especialmente madeira, cimento e combustíveis, mediante a realização de despesas por meio de notas fiscais fictícias e pagamentos efetuados pela EMURB sem a correspondente prestação, o paciente foi denunciado como incurso, no crime de peculato-desvio, perante o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de Rio Branco/AC (fl. 743 – Ação Penal n. 0711930-74.2017.8.01.0001).

Ao argumento de nulidade absoluta decorrente da ilicitude da prova obtida em razão da quebra dos sigilos fiscais e financeiros do paciente, sem autorização judicial, a defesa apresentou questão de ordem no Juízo de primeiro grau, que indeferiu o pleito (fl. 755).

Ainda inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na colenda Corte de origem, que indeferiu o pedido liminar (fls. 788/790 – *Habeas Corpus* n. 1001832-86.2019.8.01.0000).

Aqui, alega-se que *está patente nos autos a origem ilícita das informações fiscais sigilosas obtidas, diretamente e sem mediação judicial, pelo Ministério Público junto à Receita Federal do Brasil* (fl. 11).

Postula-se, então, a superação da Súmula 691/STF para que, deferida a liminar, sejam suspensas todas as ações penais relacionadas à *Operação Midas*.

É o relatório.

Na espécie, aplica-se o Enunciado 691 da Súmula do STF, observado também por esta Corte, segundo o qual não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada dos autos a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não ocorreu no caso em tela.

Da atenta análise da decisão de primeiro grau, observa-se que o Juízo, ponderadamente, esclareceu que (fl. 755):

Superior Tribunal de Justiça

[...]

O pedido, além de incabível, porquanto não se pode tratar como questão de ordem, tema que deveria ter sido abordado quando da resposta escrita à acusação, recurso este que a defesa do mencionado réu tem lançado mão com frequência inusitada, de modo que o feito não consegue ter o seu trâmite normal dada a profusão de novos pedidos e arguições de momento processual específico e fase já preclusa.

Demais disso, confunde-se com situação que deve ser analisada e decidida no momento oportuno, após a análise de todo o conjunto probatório, dado que se há postulação para declaração de nulidade de todas as provas, como requer a defesa, é necessário adentrar na análise de todo o conjunto probatório, o que é temporão neste momento.

[...]

Acrescente-se a isso o fato de que o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no dia 28/11/2019, assentou por nove votos a dois, que *é legítimo o compartilhamento com o Ministério Público e as autoridades policiais, para fins de investigação criminal, da integralidade dos dados bancários e fiscais do contribuinte obtidos pela Receita Federal e pela Unidade de Inteligência Financeira (UIF), sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário* (Recurso Extraordinário n. 1.055.941).

Ausente manifesta ilegalidade, mostra-se prudente e necessário aguardar o julgamento do *habeas corpus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator